

■ Reflexões sobre o manifesto aceleracionista³⁷

.....Antonio Negri

O Manifesto Aceleracionista começa com um reconhecimento abrangente do cenário dramático da crise atual: o cataclisma. A negação do futuro. O apocalipse iminente. Mas não fique com medo! Não há nada de político-teológico aqui. Qualquer um atraído por isso não deveria ler o manifesto. Não há nele tampouco nenhum dos xiboletes do discurso contemporâneo, ou melhor, apenas um: o colapso do sistema climático do planeta. Mas, embora isto seja importante, essa questão aparece aqui completamente subordinada às políticas industriais e somente pode ser abordada mediante a crítica delas. No núcleo do manifesto, está “a crescente automação nos processos produtivos”, inclusive a automação do “trabalho imaterial”, o que poderia explicar a crise secular do capitalismo. Seria catastrofismo? Seria uma interpretação ruim da noção de Marx da tendência à queda da taxa de lucro? Eu não diria isso.

No manifesto, a realidade da crise é identificada com a agressão do neoliberalismo contra a estrutura das relações de classe, organizada no estado de bem estar social dos séculos XIX e XX. A causa da crise está no bloqueio das capacidades produtivas pelas novas formas capitalistas do comando, manejadas contra as novas figuras do trabalho vivo. Noutras palavras, o capitalismo teve de reagir e bloquear a potência política do trabalho pós-fordista.

A isto, segue uma crítica ácida tanto das forças governamentais da direita, quanto de boa parte do que sobrou da esquerda – esta última geralmente enganada (na melhor das hipóteses) por uma nova e impossível defesa da resistência keynesiana, uma esquerda incapaz de imaginar qualquer alternativa radical. Nessas condições, o futuro parece ter sido cancelado, em face da imposição de uma paralisia completa no imaginário político. Nós não podemos sair desta condição espontaneamente. Somente uma abordagem sistemática assumindo o ponto de vista de classe, visando à construção de uma nova economia, em conjunto com uma nova organização política dos trabalhadores, tornará possível a reconstrução da hegemonia e colocará as mãos proletárias num futuro possível.

Ainda há espaço para conhecimento subversivo!

A abertura do manifesto é adequada à tarefa comunista hoje. Ele representa um salto decisivo e determinado para frente – necessário, se quisermos adentrar no terreno da reflexão revolucionária. Mas, sobretudo, ele dá uma nova “forma” ao movimento, em que “forma”, aqui, significa um aparato constitutivo que é pleno de potência, voltado a romper o horizonte hierárquico e repressivo do capitalismo de estado hoje. Isto não diz respeito a uma inversão da forma-estado em geral; em vez disso, refere-se à luta de potência contra o poder, à biopolítica contra o bipoder. É aqui, nessa premissa, em que se opõe radicalmente ao presente uma possibilidade de futuro emancipador, em que se experimenta a operação do “Uno se divide em Dois”, e que constitui hoje não uma conclusão, mas a única premissa racional de práxis subversiva.

Mas vejamos, a seguir, como se desenvolve a teoria. A hipótese do manifesto aceleracionista se trata de libertar dentro da evolução do capital a da potência do trabalho, contra o bloqueio que o capitalismo determina; se trata portanto de perseguir, sim, o constante crescimento econômico e a evolução tecnológica (acompanhados de crescentes desigualdades sociais), mas provocando uma completa inversão da relação de classe. Retoma-se, dessa maneira, o “dentro e contra”, o refrão da tradição operaísta. O processo de libertação se dá acelerando o desenvolvimento capitalista sem, no entanto (e isto é importante), confundir “aceleração com velocidade”: porque aqui a aceleração tem todas as características de um dispositivo-motriz, de um processo experimental de descoberta e criação, dentro do espaço de possibilidades determinado pelo próprio capitalismo. O conceito de “tendência” marxiano se acopla, aqui, com a análise espacial dos parâmetros do desenvolvimento – à insistência sobre a “terra” (territorialização e/ou desterritorialização) própria de Deleuze e Guattari. E há um elemento ulterior fundamental: a potência do trabalho cognitivo que o capitalismo determina, embora reprime; que ele constitui, embora reduza segundo a crescente automação algorítmica da dominação; e que ele valoriza ontologicamente (produção crescente de mais-valor), embora desvalorize do ponto de vista monetário e disciplinar (e não somente na crise, mas também na inteira sequência do desenvolvimento, particularmente através da gestão da forma-estado) – muito bem, essa potência, sem querer ofender aqueles que ainda se agitam bufamente em sustentar que a possibilidade revolucionária deva estar ligada ao renascimento de uma classe operária novecentista, esclarece que, sim, há uma classe, porém bem diversa, com uma potência bem superior: é a classe do trabalho cognitivo – é a classe que se liberta, a que deve libertar-se.

Completa-se aqui a retomada do conceito marxiano e leninista de tendência. E, por assim dizer, está aqui desfeita qualquer ilusão “futurista”, aí onde esteja a luta de classe, que determina não somente o movimento, como também a capacidade de transformar a mais alta abstração dele em sólida máquina de luta.

Sobre a capacidade de libertar as forças produtivas do trabalho cognitivo se baseia o discurso inteiro do manifesto. É preciso cortar ao meio a ilusão de um retorno ao trabalho fordista, é preciso apreender definitivamente a passagem da hegemonia do trabalho material à do trabalho imaterial e, portanto, considerando o comando capitalista sobre as tecnologias, atacar a “abordagem sempre mais retrógrada do capital ante a tecnologia”. As forças produtivas são limitadas pelo comando capitalista. O tema fundamental se torna, então, libertar as forças produtivas latentes, assim como o materialismo revolucionário sempre fez. É sobre essa “latência” que é preciso agora delongar-se.

Mas antes de fazê-lo, devemos perguntar-nos como, não por acaso, a insistente atenção do manifesto aceleracionista está neste ponto voltada à temática da organização. É nele desenvolvida uma forte crítica contra qualquer concepção de organização “horizontal”, “espontânea” dos movimentos, contra qualquer concepção da “democracia como processo”: trata-se, segundo o manifesto, de nada mais nada menos do que determinações fetichistas (da democracia) sem qualquer consequência efetiva, destituente ou constituinte, diante das instituições capitalistas de comando. Esta última afirmação talvez seja excessiva defronte dos movimentos atuais que se colocam com força (e sem alternativas nem instrumentos adequados) contra um capital financeiro e suas produções institucionais. Mas é certo que não se pode jogar fora alguma passagem institucional forte, que seja mais forte do que o horizontalismo democrático tenha condições de propor, quando se esteja falando de transformação revolucionária. Será preciso planejar, antes ou depois do salto revolucionário, a transformação desde a abstração do conhecimento da tendência, segundo a potência constituinte de instituições futuras, pós-capitalistas, comunistas. Um “planejamento”, portanto, que – segundo o manifesto – não é comando vertical do estado sobre a sociedade operária, mas que hoje deve ser convergência na rede de capacidades produtivas e direcionais – esta é a indicação que deve ser assumida e a tarefa a desenvolver-se: planejar as lutas antes do planejamento da produção. Mas disso se falará ainda.

Voltemos a nós. Antes de tudo, trata-se então de libertar a potência do trabalho cognitivo, de arrancá-la de sua latência. “Seguramente, não sabemos ainda o que um corpo tecnossocial moderno pode!” Devemos insistir em dois elementos. Um chamamos de “apropriação do capital fixo”, e da consequente transfor-

mação antropológica do sujeito do trabalho. O outro elemento é sócio-político, isto é, a consideração que essa nova potencialidade dos corpos é essencialmente coletiva, política. Noutros termos, se pode dizer que o excedente, o valor acrescido na produção e no desenvolvimento tendencial da potencialidade constituída da apropriação do capital fixo, deriva essencialmente da cooperação produtiva social. Provavelmente, isto é a passagem fundamental do manifesto. Com uma atitude que atenua e, por vezes, torna inessenciais as determinações humanísticas da crítica filosófica, o manifesto aceleracionista insiste sobre as qualidades materiais e técnicas da reapropriação corpórea do capital fixo. A quantificação produtiva, a modelização econômica, as análises do big data, os modelos cognitivos mais abstratos etc: bem, tudo isso deve ser apropriado através da educação e da reelaboração científica feitas pelos sujeitos do trabalho. Que os modelos matemáticos e os algoritmos estejam a serviço do capital não é uma qualidade deles, não é um problema de matemática – é somente um problema de força.

Que exista aqui certo otimismo está fora de dúvida. Tal percepção otimista do corpo tecnossocial não é muito útil para a crítica da relação complexa homem-máquina, mas de qualquer forma esse otimismo maquiaveliano nos ajuda a mergulhar na discussão sobre a organização, que é tão urgente hoje em dia. Hoje urgentíssima. Então, se o discurso se refere à questão da força, isto conduz diretamente à questão da organização. Manifesto aceleracionista: a esquerda deve desenvolver uma hegemonia sociotecnológica – “as plataformas materiais da produção, das finanças, da logística e do consumo podem e devem ser reprogramadas e reformadas na direção de fins pós-capitalistas.” Existe indubitavelmente aqui uma forte confiança na objetividade, na materialidade, se diria no Dasein do desenvolvimento – e assim certa subvalorização dos elementos sociais, políticos e cooperativos, das convenções implicadas quando se adere a um protocolo básico: o “Uno se divide em Dois” – mas essa subvalorização não deve nos impedir de compreender a importância da reapropriação das técnicas mais altas do comando capitalista, da abstração do trabalho, a fim de retomá-las numa administração comunista que se pretenda conduzida “das próprias coisas”. Entendo esta passagem do seguinte modo: é preciso amadurecer todas as possibilidades produtivas do trabalho cognitivo, com vistas a propor uma nova hegemonia. E aqui se repõe novamente o tema da organização. Propõe-se – já tínhamos dito – contra o horizontalismo extremista, segundo uma nova reconfiguração da relação entre redes e planejamento; e contra qualquer concepção pacífica de democracia como processo, uma atenção deslocada dos meios (voto, representação, estado de direito etc) aos fins (emancipação coletiva do autogoverno). Obviamente, novas ilusões

de centralismo e reinterpretações vazias da “ditadura do proletariado” não são repetidas pelos autores. Mas o manifesto pega a necessidade de avançar no esclarecimento da organização, propondo um tipo de “ecologia das organizações”, insistindo, assim, sobre um quadro plúrimo de forças que entram em ressonância entre si e que, somente assim, conseguem, além de qualquer sectarismo, produzir motores de decisão coletiva. Podem ser nutridas dúvidas sobre tal proposta; podem ser reconhecidas dificuldades ainda maiores do que as opções felizes oferecidas hoje. De qualquer forma, é uma direção a explorar-se. Isto está ainda mais claro hoje, no fim do ciclo de lutas que começou em 2011, que demonstrou todos os limites insuperáveis de suas formas de organização, uma vez defrontando-se com o poder, e apesar da força e de novos conteúdos revolucionários genuínos.

O manifesto propõe três objetivos urgentes – decisivamente adequados e realistas. Antes de tudo, uma espécie de infraestrutura intelectual que construa um novo projeto ideal e novos estudos sobre modelos econômicos. Em segundo lugar, uma iniciativa forte sobre o terreno dos meios de comunicação mainstream: internet e as redes sociais, indubitavelmente, democratizaram as comunicações e podem ser utilíssimas nas lutas, mas a comunicação permanece ainda de todo subordinada às mais poderosas formas tradicionais de comunicação. Trata-se de concentrar meios ingentes e todas as energias possíveis ao escopo de por as mãos sobre meios de comunicação adequados. Em terceiro lugar, se devem reacender as capacidades de construir todas as possíveis formas institucionais (transitórias ou permanentes, políticas e sindicais, globais e locais) de poder e de classe: uma constituição unitária de poder de classe será possível somente através do agenciamento e da hibridação de todas as experiências até agora desenvolvidas e ainda outras a inventar-se.

O futuro precisa ser construído: essa instância *iluminista* atravessa o manifesto. E também uma política prometeica, humanista, está completamente incluída – um humanismo que, no entanto, propõe-se de andar além dos limites impostos pela sociedade capitalista, abre-se ao pós-humano, à utopia científica, entre outras coisas, retomando os sonhos de conquista espacial do século XX, para novamente exemplificar, levantar barreiras sempre mais insuperáveis contra a morte e todos os acidentes da vida. A imaginação racional deve se fazer acompanhar da fantasia coletiva por novos mundos, organizando uma “autovalorização” forte do trabalho e do social. A época mais moderna em que vivemos, nos mostrou que nada existe senão dentro da globalização, que não há mais um Fora – hoje, no entanto, nos colocando novamente o tema da construção do futuro, temos a

necessidade, e sem dúvida a possibilidade, de levar pra Dentro também o Fora, de dar ao Dentro uma poderosa respiração.

Que dizer deste documento? Alguns de nós o sentem como um “complemento” pós-operaísta, nascido sobre o terreno anglo-saxão, menos disponível a reedições do humanismo socialista, mais capaz de desenvolver um humanismo positivo. O nome “aceleracionista” é certamente infeliz, dá um sentido “futurista” ao que não é futurista. O documento tem indubitavelmente um sabor de atualidade, não somente na crítica do socialismo e da social-democracia “reais”, mas também nas análises e na crítica dos movimentos de 2011 e a seguir. Põe com extrema força o tema da tendência do desenvolvimento capitalista, da necessidade de sua reapropriação e sua ruptura: em suma, sobre essa base, propõe a construção de um programa comunista. Tudo isto fortalece nossas pernas para seguir em frente.

Algumas críticas talvez úteis para reabrir a discussão e avançar no raciocínio e no acordo. A primeira é que talvez haja um pouco de determinismo, não somente tecnológico, mas também político, neste projeto. A relação com a historicidade (ou, se preferir, à atualidade, à práxis) arrisca ser falsificada por alguma coisa que não se gostaria chamar de teleologia, embora pareça. A relação com as singularidades e, por conseguinte, com a capacidade de considerar a tendência como virtualidade (implicando singularidades) e as determinações materiais (promovendo a própria tendência) como potência de subjetivação, me parece subvalorizada: a tendência não pode ser definida senão enquanto relação aberta, relação constituinte, animada pelos sujeitos de classe. Pode-se objetar que esta insistência sobre a abertura venha a determinar efeitos perversos, isto é, por exemplo, levar a um quadro tão heterogêneo que se poderia definir caótico e, assim, irresolvível, uma multiplicidade agigantada a ponto de significar um mal infinito. É sem dúvida o que tanto o pós-operaísmo quanto *Mil platôs* podem por vezes fazer pensar. Este é um ponto difícil, crucial: exploremo-lo mais tarde.

É verdade que – nesse escopo – o manifesto está armado como uma boa solução quando – exatamente no centro da relação entre sujeito e objeto (que nós, habituados a outras terminologias, chamaremos relação entre composição técnica e composição política do proletariado) – quando se põe a elaborar sobre esta encruzilhada uma antropologia transformadora dos corpos dos trabalhadores. É assim que as derivas do pluralismo poderiam ser evitadas. Mas também é verdade que, se pretendemos proceder sobre esse terreno – que nós resguardamos como útil, ou melhor, como decisivo – se deva também romper em alguma parte com aquela progressão implacável da tensão produtiva, que o manifesto indica. É preciso determinar os “limiaries” no desenvolvimento, limiaries que consistem em

consolidações – diriam Deleuze e Guattari – dos agenciamentos coletivos, para a reapropriação do capital fixo e a transformação da força-trabalho, das antropologias, linguagens e atividades. Esses limiares são determinados na relação entre composição técnica e composição política do proletariado e fixados historicamente. E é exatamente porque, hoje, não conseguimos definir com precisão uma tal relação, que às vezes nos encontramos metodologicamente inertes e politicamente impotentes. Ao contrário, é a determinação de um limiar histórico, e a tomada de consciência de uma modalidade específica da relação entre técnica e política, que permite a formulação de um processo de organização e a definição de um programa adequado.

Veja-se bem: quando se coloca este problema, se coloca implicitamente (aceitando a progressividade da tendência produtiva) o problema de definir melhor o processo em que se forma e se consolida a relação entre a singularidade e o comum. Temos necessidade de especificar *quão comum* existe em cada conexão tecnológica, desenvolvendo um aprofundamento específico da antropologia produtiva.

Sempre sobre o argumento da reapropriação de capital fixo. Foi dito já que, no manifesto, a dimensão cooperativa da produção (e ainda mais a produção de subjetividade) esteja subvalorizada quando comparada com os critérios tecnológicos, bem como a importância dos aspectos materiais que constituem – além dos parâmetros de produtividade – também as transformações antropológicas da força-trabalho. Insisto sobre esse ponto. É sobre o conjunto das linguagens e dos algoritmos, de funções tecnológicas e de *know how*, dentro do que se constitui o atual proletariado, e onde o elemento cooperativo se torna central e revelador de possível hegemonia. Esta afirmação deriva da anotação que a estrutura própria da exploração capitalista já está mudada. O capital continua, na realidade, a *explorar*, mas em formas paradoxalmente limitadas, a respeito de sua potência de *extração* de mais-valor da sociedade inteira. Quando se toma consciência desta nova determinação, nos damos conta que o capital fixo, isto é, a parte do capital implicada diretamente na produção de mais-valor, se refere, ou melhor, se instaura essencialmente no *excedente determinado da cooperação*, isto é, sobre alguma coisa de incomensurável que, como dizia Marx, não consiste na soma de mais-trabalho de dois ou mais trabalhadores, mas no acréscimo que deriva do fato que trabalham juntos (o acréscimo, em suma, que está além da soma).

Se assumirmos a preeminência do *capital extrativo* em relação ao que explora (compreendendo naturalmente o segundo no primeiro), se pode chegar a conclusões bem interessantes. Vou mencionar aqui apenas uma. A transição entre o fordismo e o pós-fordismo foi descrita certa vez como a aplicação da “automa-

ção” à fábrica e a “informatização” à sociedade. A última é de grande importância no processo que leva à subsunção completa (real) da sociedade no capital – a informatização é, de fato, interpretando e guiando esta tendência. A informatização é, de fato, mais importante do que a automação, que por si mesma, naquele momento histórico específico, conseguiu caracterizar uma nova forma social de uma maneira somente parcial e precária. Como o manifesto esclarece e a experiência confirma, hoje estamos muito além desse ponto. A sociedade produtiva parece não apenas globalmente informatizada, mas tal mundo social computadorizado está em si próprio reorganizado e automatizado, de acordo com novos critérios de gerência do mercado de trabalho e novos parâmetros hierárquicos na gestão da sociedade. Quando a produção está socialmente generalizada através do trabalho cognitivo e do saber social, a informatização permanece a forma mais valiosa de capital fixo, enquanto a automação se torna o cimento da organização capitalista, dobrando tanto a informática e a sociedade da informação para dentro de si. Tecnologia da informação é, assim, subordinada à automação. O comando dos algoritmos é marcado pela transformação da produção.

Estamos, então, num nível mais alto de subsunção real. Daí o grande papel exercido pela logística que, depois de ser automatizada, começou a configurar qualquer e toda dimensão territorial do comando capitalista e estabelecer hierarquias internas e externas do espaço global, assim como o maquinário algorítmico que centraliza e comanda, por graus de abstração e ramos do conhecimento, com variáveis de frequência e função – o sistema complexo de conhecimento que, desde Marx, nós estamos acostumados a chamar de “General Intellect”. Agora, se o capitalismo extrativo expande seu poder de exploração *extensivamente* a qualquer infraestrutura social e *intensivamente* a qualquer grau de abstração da máquina produtiva (em qualquer nível das finanças globais, por exemplo), será necessário reabrir o debate sobre a reapropriação do capital fixo dentro do espaço prático e teórico. A construção de novas lutas deve ser medida de acordo com tal espaço. O capital fixo pode, potencialmente, ser reapropriado pelo proletariado. Isto é potencialmente o que deve ser liberado.

Um último assunto – omitido pelo manifesto, mas inteiramente consistente com a argumentação teórica, é a “moeda do comum”. Os autores do manifesto estão bem acordados que hoje, o dinheiro tem uma função particular – como máquina abstrata – de ser a forma suprema da medida do valor extraído da sociedade, por meio da subsunção real da sociedade hoje, pelo capital. O mesmo esquema que descreve a extração/exploração do trabalho social nos força a reconhecer o dinheiro: como medida-dinheiro, hierarquia-dinheiro, planejamento-direito. Tal

abstração monetária, como tendência de tornar-se hegemônico do próprio capital financeiro, também aponta a formas potenciais de resistência e subversão no mesmo altíssimo nível. O programa comunista para o futuro pós-capitalista deveria ser conduzido sobre esse terreno, não apenas avançando a reapropriação proletária da riqueza, mas ao construir um poder hegemônico – assim, trabalhando sobre “o comum” que está na base tanto da mais alta extração/abstração do valor do trabalho, quanto de sua tradução universal em dinheiro. Isto é hoje o significado da “moeda do comum”. Nada de utópico mas, em vez disso, uma indicação programática e paradigmática de como antecipar, dentro das lutas, o ataque sobre a medida do trabalho imposto pelo capital, sobre as hierarquias de mais-valor (impostas diretamente pelos patrões), e sobre a distribuição social geral da renda, imposta pelo estado capitalista. Nisso, grande montante de trabalho ainda está para ser feito.

Para concluir (apesar de tantas coisas ainda a discutir!), o que significa atravessar a tendência do capitalismo até o fim, e sobrepujar o próprio capitalismo nesse processo? Apenas um exemplo: hoje isto significa renovar o slogan “Recusa do trabalho”. A luta contra a automação algorítmica deve positivamente captar o aumento da produtividade que ela determina, e então deve realizar reduções drásticas do tempo do trabalho disciplinado e controlado por máquinas e, ao mesmo tempo, deve resultar em aumentos salariais substanciais cada vez maiores. Por outro lado, o tempo a serviço dos autômatos deve ser ajustado de maneira igual para todos. Uma renda básica deve ser instituída de modo a traduzir qualquer figura do trabalho em reconhecimento de uma igual participação de todos na construção da riqueza coletiva. Desse modo, qualquer um será capaz de livremente aumentar até o máximo de suas habilidades sua própria *joie de vivre* (resgatando o apreço de Marx a Fourier). Tudo isso deve imediatamente ser reivindicado através da luta. E, neste ponto, não deveríamos esquecer de abrir outro tema: a produção de subjetividade, o uso agonista das paixões, e a dialética histórica que isto abre contra o capital e o comando soberano.

■..... **Toni Negri** é filósofo e militante, autor de dezenas de livros sobre teoria política e as lutas sociais contemporâneas, muitos traduzidos ao português, como *Poder constituinte*, *A força de Jó*, *Alma Vênus Kairós*, e em coautoria com Michael Hardt, os canônicos *Império* e *Multidão*.

Tradutor:

■..... **Bruno Cava** é mestre em filosofia do direito pela UERJ, blogueiro, participa da rede Universidade Nômade, autor de *A multidão foi ao deserto* (Annablume, 2013), bloga no quadradosloucos.com.br.